



COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
3716  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO

ILMOS. SRS. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO DO ESTADO DO CEARÁ.

## RECURSO ADMINISTRATIVO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 1609.01/2021-03.

ÓRGÃO LICITANTE: PREEFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO/CE.

RECORRENTE: LR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI.

LR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.287.364/0001-98, estabelecida na Rodovia BR 116, n.º 6147, Aerolândia, Fortaleza – CE, CEP.60.823-105, neste ato representada por seu Representante, o Sr. **Lucas de Queiroz Ximenes Rodrigues**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF de n.º 062.994.493-81, vem, com o sempre merecido respeito e acatamento, perante V. Sa., a fim de interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que **INABILITOU** a Recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas

### 1. SINOPSE DOS FATOS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Cedro/CE fez circular instrumento editalício no qual convoca todos os interessados a participarem de Certame Licitatório na modalidade de concorrência pública Nº. 1609.01/2021-03.

O objeto deste certame é a contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de coletas de resíduos sólidos domiciliares urbanos, serviços de varrição e capina de avenidas, ruas, logradouros públicos e serviços de podas arbórea com

Endereço: BR 116 n.º 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP.: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoeconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº  
3217  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO

limpeza, rebaixamento de copa, conformação transporte e descarga, junto a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Cedro/CE.

A empresa licitante, ora Recorrente, apresentou toda a documentação pertinente exigida para sua habilitação. Entretanto, na data de 03 de dezembro de 2021, o Sr. Pregoeiro inabilitou a Recorrente, *verbum ad verbum*,

"EMPRESAS INABILITADAS (...) "4. PRIME TRANSPORTES EIRELI e 5. LR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME por apresentarem o mesmo responsável técnico no CREA,

Entretanto, como se perceberá adiante, tal argumento não encontra respaldo jurídico e legal para a inabilitação da empresa, ora Recorrida, posto que atendeu devidamente aos preceitos exigidos do edital, razão em que **MERECE SER REFORMADA A DECISÃO QUE INABILITOU** a empresa **LR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI**.

## 2. DAS RAZÕES DA REFORMA.

### A) DA INEXISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE MESMO RESPONSÁVEL TÉCNICO NO CREA.

Houve um equívoco cometido por esta Ilustre Comissão de Licitação ao Inabilitar a empresa ora Recorrente sob o pretexto de que teria sido apresentado mesmo responsável técnico que a empresa licitante PRIME TRANSPORTES EIRELI.

Na documentação exigida pelo edital **fora anexado acervo técnico do engenheiro civil BERTO REGIS CORDEIRO DE OLIVEIRA, devidamente inscrito no CREA/CE sob o nº.39574/D, e não de qualquer outro engenheiro.**

É de se esclarecer que o supracitado engenheiro e acervo técnico apresentado possui total correlação com o objeto do presente edital.

Em total acatamento ao preceito exigido no item 10.1.4.3 do edital, a licitante apresentou acervo técnico e engenheiro responsável e devidamente reconhecido pelo CREA, não podendo ter sido correlacionada com outra empresa.

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP.: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoeconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
n.º 3418  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACI

Entretanto, mesmo que, por amor ao debate, tenha ocorrido a coincidência de dois responsáveis técnicos estarem pertencentes do mesmo quadro profissional de duas empresas participantes da licitação, **É DE SE CONSIDERAR O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NOS ATOS ADMINISTRATIVOS, OCASÃO EM QUE NÃO SE VERIFICA NO EDITAL OU NA LEI QUE REGE OS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NENHUMA VEDAÇÃO PARA A TAL FATO.**

Além do mais, a única vedação que se possa verificar seria a consubstanciada no art.9º da Lei Federal de nº. 8.666/93 quando coíbe qualquer prática fraudulenta existente nos procedimentos licitatórios, *in verbis*.

"Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:  
Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa."

Entretanto, não é esta a intenção da empresa Recorrente e, conseqüentemente, não se pode verificar qualquer dolo ou intenção de fraude no presente certame, não podendo esta Ilustre Comissão **INABILITAR UMA EMPRESA POR MERA COINCIDÊNCIA DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS.**

Pois bem. Considerando que não é o caso da empresa licitante, uma vez que o responsável técnico apresentado diverge do que fora apresentado pela empresa **PRIME TRANSPORTES EIRELI**, é de se considerar o manifesto equívoco desta Ilustre Comissão.

Ante o exposto, faz-se necessária a reforma da decisão que inabilitou a Recorrente para que se possa retirar a exigência dos referidos itens do certame, de modo a **HABILITAR** a participante e considerar sua participação no certame.

**B) DA NECESSIDADE DE OSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS INERENTES À LICITAÇÃO E A VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXARCEBADO.**

O procedimento licitatório deve ser efetivado com o intento de se buscar a melhor proposta para Administração Pública, obedecendo aos preceitos intrínsecos

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP.: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº  
3419  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIARANA

exarados na Lei nº 8.666/93, mais precisamente ao princípio da isonomia e princípio da competitividade, previstos nos artigos 3º da lei nº8.666/93 e artigo 37, XXI, CF/88, respectivamente.

"Art. 3º, §1º da Lei nº 8.666/93: Proíbe preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato."

"Art. 37, XXI, CF/88: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**"

Ora, não se pode levar a rigor a sobredita exigência editalícia a ponto de afastar licitante perfeitamente idôneo ao cumprimento do objeto contratual sob o argumento contraditório de que descumpriu as exigências editalícias para o presente prélio.

Assim, ao deparar-se com situações como a presente, deve esta n. Comissão ter em vista o Interesse Coletivo em atenção ao princípio da competitividade, afastando decisões que somente prestigiam o formalismo exacerbado em detrimento

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP.: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoeconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
N.º 3420  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ

da finalidade pública da Disputa. Sobre a matéria, oportunos são os ensinamentos do Renomado MARÇAL JUSTEN FILHO<sup>1</sup>:

*"A Administração está constringida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. NÃO SERIA LEGAL ENCAMPAR DECISÃO QUE IMPUSSESSE EXIGÊNCIAS DISSOCIADAS DA REALIDADE DOS FATOS OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO IMPOSSÍVEL. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE RESTRINGE O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PÚBLICAS, PROIBINDO O EXCESSO. A MEDIDA LIMITE É A SALVAGUARDA DOS INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS EM JOGO. INCUMBE AO ESTADO ADOTAR A MEDIDA MENOS DANOSA POSSÍVEL, ATRAVÉS DA COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE OS INTERESSES SACRIFICADOS E AQUELES QUE SE PRETENDE PROTEGER. OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE ACARRETAM A IMPOSSIBILIDADE DE IMPOR CONSEQÜÊNCIAS DE SEVERIDADE INCOMPATÍVEL COM A IRRELEVÂNCIA DE DEFEITOS. Sob esse ângulo as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais." Grifei*

A LR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, apresentou, nos moldes do previsto na determinação editalícia, **A COMPLETA DOCUMENTAÇÃO LEGAL**, os quais restaram-se condizentes com o presente edital, sem a presença de qualquer óbice que venha a macular sua participação no certame.

Vê-se, portanto, que, em consonância com o Princípio da Competitividade e do Interesse Coletivo, uma participação maior de interessados na disputa alarga, sobremaneira, as possibilidades de a Administração auferir proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse, principalmente, quando temos apenas uma empresa habilitada no certame, inviabilizando a competição e o interesse público, podendo prejudicar a sociedade..

<sup>1</sup> In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª Edição, Editora Dialética, SP – 2000, pág. 78/79

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoeconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
n.º 3921  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUCRE

Inegável, ademais, que o rigor pelo qual se exige a afronta o **PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE**, pois estabelece discrimine totalmente desnecessário ante a comprovação de que a Recorrente afigura-se regularmente habilitada para prosseguir no certame.

Nesse sentido, existe precedente Jurisprudencial proveniente do Egrégio Superior Tribunal de Justiça - STJ, ao decidir o Mandado de Segurança n.º 5.418/DF, em ementa publicada no DJU de 01.06.98, cujo teor pedimos vênias para colacionar:

**DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR, PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO"** Grifei

Oportuno transcrevermos alguns trechos do voto do Insigne Ministro Demócrito Reinaldo, o qual defende a tese de expurgar das Licitações exigências desnecessárias que malferem o Interesse Público, resigne-se:

**"O edital, no sistema jurídico-constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e o Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. CONSOANTE ENSINAM OS JURISTAS, O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL NÃO É ABSOLUTO, DE TAL FORMA QUE IMPEÇA O JUDICIÁRIO DE INTERPRETAR-LHE, BUSCANDO-LHE O SENTIDO E A COMPREENSÃO E ESCOIMANDO-O DE CLÁUSULAS DESNECESSÁRIAS OU QUE EXTRAPOLEM OS DITAMES DA LEI DE REGÊNCIA E CUJO EXCESSIVO RIGOR POSSA AFASTAR, DA CONCORRÊNCIA, POSSÍVEIS PROPONENTES, OU QUE O TRANSMUDE DE**

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP.: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoseconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Fl. 3422  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRÃO

**UM INSTRUMENTO DE DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO EM CONJUNTO DE REGRAS PREJUDICIAIS AO QUE, COM ELE, OBJETIVA A ADMINISTRAÇÃO." Grifei**

Os tribunais pátrios, quando instados a se manifestar sobre o tema em comento, possuem idêntico entendimento, conforme se observa, a título ilustrativo, no seguinte julgado:

**"Ementa: ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PRINCÍPIOS – VINCULAÇÃO AO EDITAL – LEGALIDADE – RAZOABILIDADE – 1 – Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei nº 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade estrita, NÃO DEVE, CONTUDO (EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE), PRESTIGIAR DE FORMA TÃO EXACERBADA O RIGOR FORMAL, A PONTO DE PREJUDICAR O INTERESSE PÚBLICO QUE, NO CASO, AFERE-SE PELA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. 2 – Pequeno atraso (cerca de dez minutos) na entrega da documentação relativa à habilitação do licitante não constitui justo motivo para sua exclusão do certame licitatório, eis que ainda não encerrada a reunião para esse fim convocada. 3 – Sentença concessiva da segurança, confirmada. 4 – Apelação e remessa desprovidas." (TRF 1ª R. – AMS 199901000390592 – DF – 6ª T. – Rel. Juiz Daniel Paes Ribeiro – DJU 31.05.2001 – p. 652) – Grifei**

Vê-se, portanto, que, nos ditames da Doutrina e da Jurisprudência atual, os rigorismos e formalismos exacerbados que costumam assolar os Procedimentos Licitatórios devem ser de pronto rechaçados, especialmente quando desse ato não resultar qualquer prejuízo para a Administração.

**Nesse aspecto, cumpre-nos esclarecer que o Princípio da Competitividade é um dos mais relevantes no Procedimento Licitatório, concebido como corolário do Princípio da Supremacia do Interesse Público, na**

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoseconstrucoes@gmail.com



COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº 3423  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO

medida em que a própria Sociedade preconiza uma maior participação de interessados na Disputa.

Sendo assim, a apresentação da documentação apresentada pela Recorrente resta devidamente regular, verificando um verdadeiro equívoco da Recorrida em **INABILITAR** a empresa do Certame, estabelecendo excessivas restrições, que devem ser abandonadas em festejo à Competitividade.

Além do mais já é cediço o entendimento de que as exigências supracitadas, foram devidamente acatadas pela Recorrente, e sua inabilitação gera um excesso de rigorismo, como já levantado pelo Egrégio Tribunal de Justiça Paulista, em Acórdão relatado pelo Ilustre Desembargador Guerrieri Rezendi:

**"LICITAÇÃO – A exigência de atestado de capacitação técnica deve limitar-se aos profissionais de nível superior ou equivalente – A comprovação de atestados referentes à execução de obras ou serviços similares no passado é inválida, frente à nova sistemática imposta pela lei nº 8.666/93 e lei nº 8.883/94 – a exigência de atestados não pode conter numerus clausus, sob pena de reduzir o universo dos proponentes, comprometendo, com isso, o caráter competitivo do certame – A utilização do numerus clausus para os atestados se constituiu ainda em medida discriminatória, destinada a afastar interessados do certame, além de ser violadora do artigo 30, ii e § 3º do estatuto da licitação – *O edital de licitação deverá estabelecer, para apuração da capacidade dos proponentes, critérios objetivos, pois a matéria dispensa apreciações dependentes de subjetivismo, afrontando o princípio da isonomia e do julgamento objetivo – O critério para o julgamento baseado em fatores discriminatórios, vagos, imprecisos ou desarrazoados para um dos proponentes e razoáveis para outros, conduzem à invalidade do certame por patente desvio de poder*" (TJSP – AC 81.917-5 – SP – 7ª CDPúb. – Rel. Guerrieri Rezende – J. 23.08.1999 – v.u.)" Negrinho Nosso**

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP: 60.8231-08  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoseconstrucoes@gmail.com





COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
N.º 3923  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACI

Demais disso, a documentação requerida fora devidamente apresentada, conforme estabelecido em edital, motivo pela qual o provimento deste RECURSO é um imperativo dos fatos e do direito, eis que a documentação se encontra plenamente regular, dentro dos parâmetros exigidos.

### 3. DO PEDIDO.

Na esteira do exposto, requer-se seja **JULGADO PROVIDO** o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, HABILITE a recorrente por encontrarem-se atendidos as exigências albergadas.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Termos em que, Pede e Espera Deferimento.

Fortaleza/CE, 8 de dezembro de 2021.

LR SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI ME  
LUCAS DE QUEIROZ XIMENES RODRIGUES  
CPF: 062.994.493-81  
SOCIO - DIRETOR

Endereço: BR 116 nº 6147 km 03 - Aerolândia  
Fortaleza/CE - CEP.: 60.8231-05  
CNPJ: 26.287.364/0001-98  
Fone: (85) 3034.2904  
E-mail: lrservicoeconstrucoes@gmail.com